



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 095/2023

AUTOR: Prefeito Municipal Marcos Guarino de Oliveira



I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 095/2023, de autoria do Poder Executivo.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Acrescenta ação às Metas Físicas da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, Plano Plurianual do Município de Muriaé”

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“Trata-se de Projeto de Lei que altera os Projetos Atividades da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, o Plano Plurianual do Município de Muriaé - PPA, para o quadriênio 2022 a 2025, em consonância ao preconizado no artigo 165, inciso I e § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e aos artigos 94, inciso IX e 114 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

O Plano Plurianual tem como escopo a organização e viabilização da ação pública, buscando o cumprimento dos fundamentos dispostos na Carta Magna, que por sua vez traça o padrão de gestão pública a ser assumido da obrigatoriedade de previsão das ações governamentais que serão implementadas em um determinado período a fim de garantir, sobretudo, a segurança da sociedade.

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes - FNS Atenção Primária” acresce saldo para finalidade de aquisição de material de consumo, equipamentos e mobiliários para atender os setores da Atenção Primária em cumprimento às deliberações do Conselho Municipal de Saúde, tudo conforme Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023.

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes FNS - MAC” autorizado pela Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023, buscará o atendimento de construção do bloco anexo da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - tanto quanto a aquisição de equipamentos para realização de terapias vinculadas ao programa de cuidado de pessoas com deficiência.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes - FNS VIGILÂNCIA” autorizado pela Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023, proporcionará recursos para a abertura de licitação com o objetivo de realizar obras e instalações no Centro de Zoonoses, bem como aquisição de equipamentos para ampliação e adaptação de espaços para animais.

O projeto/atividade “Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)” foi autorizado pela Resolução SES/MG número 6.680, de 20 de março de 2019 para complementar as ações de custeio e Prefeitura Municipal de Muriaé GABINETE DO PREFEITO manutenção dos CAPS II, CAPS AD III onde buscar-se-á a aquisição de materiais administrativos, papelaria, aviamentos e demais insumos. Também estão inclusos o fornecimento de alimentação e aquisição de materiais de cama, mesa e banho.”

É o relatório.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 72, VII e arts. 160 e 170 do Regimento Interno e demais disposições legais e constitucionais pertinentes, assim se manifestam.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei objetiva acrescentar ação às Metas Físicas da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, Plano Plurianual do Município de Muriaé.

Como regra, a iniciativa dos projetos de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e, na forma da lei, aos cidadãos, conforme estabelecem os arts. 76 e 78 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

Entretanto, há matérias de iniciativa privativa da Mesa da Câmara e do Prefeito, consoante prevê o art. 77 da LOM. Lê-se no dispositivo que:

"Art. 77. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II – do Prefeito:

e) os planos plurianuais;

Portanto, cumprida a iniciativa do presente projeto de Autoria do Prefeito.

Quanto à espécie normativa, a Lei Orgânica do Município de Muriaé impõe a determinadas matérias taxativamente previstas no § 2º do art. 76, impondo-lhe o regramento da lei complementar, senão vejamos:

"Art. 76.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. Considera-se lei complementar entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:

- I – o Plano Diretor;
- II – o Código Tributário;
- III – o Código de Obras;
- IV – o Código de Postura;
- V – o Estatuto dos Servidores Públicos e do Magistério Municipal;
- VI – a lei de parcelamento, ocupação e uso do solo;
- VII – a lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;
- VIII – a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos."

A matéria em exame não figura entre aquelas pertinentes à lei complementar, sendo admissível que a proposição siga pela espécie normativa ordinária.

Quanto ao quórum de votação, leis complementares e leis ordinárias são aprovadas por *quóruns* diferenciados.

A lei ordinária submete-se ao quórum de maioria simples, *ex vi* do disposto no caput do art. 61 da Lei Orgânica:

"Art. 61. As deliberações da Câmara serão tomadas, nas votações normais, por maioria dos membros presentes à reunião, salvos os casos previstos nesta lei."

No que tange à competência legislativa do Município, a proposição acha-se amparada pelos art. 30, inciso I, da Constituição da República, art. 171, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 114 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, vejamos:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;"

"Art. 171 – Ao município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local;"

"Art. 114 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o Plano Plurianual;



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Observa-se ainda o disposto no art. 116 da LOM e art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 116 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados por Comissão Permanente da Câmara, com competência para:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo prefeito;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas, exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação nas demais Comissões da Câmara.

§ 1º - As emendas serão apresentadas à Comissão Permanente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciá-las-ão na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou projeto que o modifique somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívidas ou;

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões, ou;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 4º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação no projeto a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão Permanente, da parte cuja alteração é proposta.”

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

a) rejeitado;

b) aprovado, sem emendas;

c) aprovado, com emendas das Comissões;

d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para, nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;"

(...)"

Conforme já verificado, a presente proposição tem por escopo acrescentar metas físicas ao PPA em vigor.

O Plano Plurianual – PPA regula os projetos governamentais de média duração (quatro anos), ou seja, aqueles programas que tenham existência temporal superior a um exercício financeiro. Como existem obras, ações, ou mesmo projetos de governo desenvolvidos em um intervalo de tempo superior a um ano, a criação do plano plurianual pretende atender a essa necessidade, visando assegurar o planejamento e a transparência por meio de uma disciplina legal que regule tais casos.

Disso resulta a conclusão de que o sistema orçamentário concebido pela Constituição de 1988 adotou o orçamento-programa, prevendo a integração do orçamento público com o econômico, garantindo a coordenação da política fiscal com a política econômica. Pode-se afirmar que o plano plurianual é modalidade de planejamento conjuntural criado para promover o desenvolvimento econômico e o equilíbrio.

A revisão do PPA é necessária para o seu aperfeiçoamento, que ocorre por meio da atualização dos programas e ações que o constitui, de modo a refletir as demandas da sociedade.

No caso em apreço, a inserção dessas novas metas físicas ao PPA em vigor irá municiar o Poder Executivo de instrumentos legais, notadamente orçamentários, para concretização de projetos/atividade relacionados a atenção básica em saúde, vigilância em saúde, atenção médica de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial e rede de atenção psicossocial.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Quanto ao mérito da propositura, está presente o interesse público que justifica a aprovação do projeto de lei.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** da proposição, razão pela qual conclui esta comissão que o presente projeto está apto a ser submetido à deliberação plenária, opinando pela **APROVAÇÃO** do mesmo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 05 de abril de 2023.

Membros da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça:


ADEMAR CAMERINO
Vereador


DEVAIL GOMES CORRÊA
Vereador


RANGEL MARTINO DE OLIVEIRA PAIVA
Vereador


ELVANDRO MACIEL DA SILVA
Vereador Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 095/2023



I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 095/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Acréscima ação às Metas Físicas da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, Plano Plurianual do Município de Muriaé”

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“Trata-se de Projeto de Lei que altera os Projetos Atividades da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, o Plano Plurianual do Município de Muriaé - PPA, para o quadriênio 2022 a 2025, em consonância ao preconizado no artigo 165, inciso I e § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e aos artigos 94, inciso IX e 114 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

O Plano Plurianual tem como escopo a organização e viabilização da ação pública, buscando o cumprimento dos fundamentos dispostos na Carta Magna, que por sua vez traça o padrão de gestão pública a ser assumido da obrigatoriedade de previsão das ações governamentais que serão implementadas em um determinado período a fim de garantir, sobretudo, a segurança da sociedade.

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes - FNS Atenção Primária” acresce saldo para finalidade de aquisição de material de consumo, equipamentos e mobiliários para atender os setores da Atenção Primária em cumprimento às deliberações do Conselho Municipal de Saúde, tudo conforme Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023.

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes FNS - MAC” autorizado pela Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023, buscará o atendimento de construção do bloco anexo da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - tanto quanto a aquisição de equipamentos para realização de terapias vinculadas ao programa de cuidado de pessoas com deficiência.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes - FNS VIGILÂNCIA” autorizado pela Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023, proporcionará recursos para a abertura de licitação com o objetivo de realizar obras e instalações no Centro de Zoonoses, bem como aquisição de equipamentos para ampliação e adaptação de espaços para animais.

O projeto/atividade “Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)” foi autorizado pela Resolução SES/MG número 6.680, de 20 de março de 2019 para complementar as ações de custeio e Prefeitura Municipal de Muriaé GABINETE DO PREFEITO manutenção dos CAPS II, CAPS AD III onde buscar-se-á a aquisição de materiais administrativos, papelaria, aviamentos e demais insumos. Também estão inclusos o fornecimento de alimentação e aquisição de materiais de cama, mesa e banho.”

É o relatório.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas tem competência para exarar o parecer sobre a matéria em exame, com fulcro no art. 72, VI, do Regimento Interno, razão pela qual passamos à análise.

II – DO ASPECTO REGIMENTAL

Observa-se o disposto no art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

- a) rejeitado;
- b) aprovado, sem emendas;
- c) aprovado, com emendas das Comissões;
- d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para nas reuniões subseqüentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)”



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

III- DA ANÁLISE SOB O PRISMA DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Conforme já verificado, a presente proposição tem por escopo alterar os Projetos Atividades da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, o Plano Plurianual do Município de Muriaé - PPA, para o quadriênio 2022 a 2025, em consonância ao preconizado no artigo 165, inciso I e § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e aos artigos 94, inciso IX e 114 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

Atendidas as exigências da legislação, esta comissão nada tem a objetar quanto ao mérito, liberando o processo com voto favorável.

IV- CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Muriaé/MG, considerando o elevado grau de importância da matéria versada em análise e constatando a relevância do que nele se propõe, opina pela aprovação do projeto.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 05 de abril de 2023.

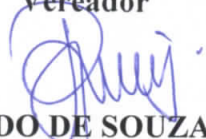
Membros da Comissão Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:


ADEMAR CAMERINO

Vereador


ELVANDRO MACIEL DA SILVA

Vereador


REGINALDO DE SOUZA RORIZ

Vereador


DELSON LUCIO AMARO DE ANDRADE
Vereador Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE REDAÇÃO E ASSUNTOS DIVERSOS

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 095/2023



I. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 095/2023 de autoria do Poder Executivo.

Lê-se na ementa o seguinte:

“Acrescenta ação às Metas Físicas da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, Plano Plurianual do Município de Muriaé”

O projeto de lei traz a seguinte justificativa:

“Trata-se de Projeto de Lei que altera os Projetos Atividades da Lei nº 6.290 de 09 de dezembro de 2021, o Plano Plurianual do Município de Muriaé - PPA, para o quadriênio 2022 a 2025, em consonância ao preconizado no artigo 165, inciso I e § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e aos artigos 94, inciso IX e 114 da Lei Orgânica do Município de Muriaé.

O Plano Plurianual tem como escopo a organização e viabilização da ação pública, buscando o cumprimento dos fundamentos dispostos na Carta Magna, que por sua vez traça o padrão de gestão pública a ser assumido da obrigatoriedade de previsão das ações governamentais que serão implementadas em um determinado período a fim de garantir, sobretudo, a segurança da sociedade.

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes - FNS Atenção Primária” acresce saldo para finalidade de aquisição de material de consumo, equipamentos e mobiliários para atender os setores da Atenção Primária em cumprimento às deliberações do Conselho Municipal de Saúde, tudo conforme Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023.

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes FNS - MAC” autorizado pela Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023, buscará o atendimento de construção do bloco anexo da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - tanto quanto a aquisição de equipamentos para realização de terapias vinculadas ao programa de cuidado de pessoas com deficiência.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

O projeto/atividade “Reprogramação dos Saldos Remanescentes - FNS VIGILÂNCIA” autorizado pela Portaria 96, de 08 de fevereiro de 2023, proporcionará recursos para a abertura de licitação com o objetivo de realizar obras e instalações no Centro de Zoonoses, bem como aquisição de equipamentos para ampliação e adaptação de espaços para animais.

O projeto/atividade “Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)” foi autorizado pela Resolução SES/MG número 6.680, de 20 de março de 2019 para complementar as ações de custeio e Prefeitura Municipal de Muriaé GABINETE DO PREFEITO manutenção dos CAPS II, CAPS AD III onde buscar-se-á a aquisição de materiais administrativos, papelaria, aviamentos e demais insumos. Também estão inclusos o fornecimento de alimentação e aquisição de materiais de cama, mesa e banho.”

É o relatório.

A Comissão de Redação e Assuntos Diversos da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 72, III, assim se manifesta:

II. DO ASPECTO REGIMENTAL

Observa-se o disposto no art. 170 do Regimento Interno:

“Art. 170. Lido em Plenário, o projeto será distribuído às Comissões Permanentes, que cuidarão de apresentar parecer à Mesa, sendo que, tendo assim ocorrido, o projeto será incluído na ordem do dia para discussão e votação, conforme segue:

§ 1º - Em regra, os projetos de lei e de resolução passam por 03 (três) votações;

§ 2º. No Plenário o projeto é submetido à 1ª (primeira) discussão, podendo ser:

- a) rejeitado;
- b) aprovado, sem emendas;
- c) aprovado, com emendas das Comissões;
- d) receber emendas, subemendas ou substitutivos em Plenário.

I - Se o Projeto é rejeitado seguirá para a Secretaria da Câmara para arquivamento;

II - Na hipótese de ser aprovado sem emendas, será enviado à Mesa Diretora para, nas reuniões subsequentes, ir à 2ª e 3ª votações;

(...)”



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

III. DA REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO

Ao analisar o presente projeto, a Comissão verificou a redação do mesmo, nos termos do art. 239 da Lei Orgânica e, tendo sido o mesmo aprovado sem emendas, deverá prosseguir a tramitação da proposta nos moldes do art. 170, §5º do Regimento Interno.

IV – DO PARECER FINAL

Ante o exposto, esta Comissão de Redação e Assuntos Diversos conclui pela regularidade da redação da proposta e desnecessidade de realização das correções de que trata o art. 240 do Regimento Interno, opinando pela tramitação conforme deliberado em Plenário, com a consequente remessa para a Secretaria da Casa para fins de se proceder às publicações necessárias e remessa ao Poder Executivo.

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Melo, 05 de abril de 2023.

Membros da Comissão de Redação e Assuntos Diversos:


ADEMIR CAMERINO
Vereador

ANTONIO AFONSO SOARES TOMAZ
Vereador

VANDERLEI LUIZ LOPES
Vereador


DELSON LUCIO AMARO DE ANDRADE
Vereador Suplente